

# SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

## CÓDIGOS FISCAIS E OUTRA LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

16.<sup>a</sup> edição  
SETEMBRO  
2019

Atualizações online  
[www.areaseditora.pt](http://www.areaseditora.pt)

Índice geral

Índice cronológico

Índice sistemático em cada diploma

- 1 - Princípios, Procedimentos e Contencioso Tributários
  - 1.1 - Constituição da República Portuguesa (CRP)
  - 1.2 - Lei Geral Tributária (LGT)
  - 1.3 - Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)  
*(Alterado e republicado)*
  - 1.4 - Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)
  - 1.5 - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA)
  - 1.6 - Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (RJAT)
  - 1.7 - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)  
*(Alterado e republicado)*
- 2 - Impostos sobre o Rendimento
  - 2.1 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)
  - 2.2 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)
- 3 - Impostos sobre o Consumo
  - 3.1 - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)
  - 3.2 - Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)
  - 3.3 - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)
- 4 - Impostos sobre o Património e outros
  - 4.1 - Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI)
  - 4.2 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)
  - 4.3 - Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo)
  - 4.4 - Código do Imposto sobre Veículos (CISV)
  - 4.5 - Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
  - 4.6 - Regulamentos das Contribuições Especiais (RCE)
  - 4.7 - Imposto Especial de Jogo (IEJ)  
e Imposto Especial de Jogo *Online* (IEJO)
  - 4.8 - Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário
  - 4.9 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético
  - 4.10 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica
  - 4.11 - Reforma da Fiscalidade Verde, Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículo de Baixas Emissões e Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves
- 5 - Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros
  - 5.1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
  - 5.2 - Código Fiscal do Investimento (CFI)
- 6 - Regiões Autónomas e Autarquias Locais
  - 6.1 - Lei das Finanças das Regiões Autónomas
  - 6.2 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. dos Açores
  - 6.3 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. da Madeira
  - 6.4 - Regime Financeiro das Autarquias Locais, taxas de Derrama, participação variável no IRS e taxas de IMI por município
- 7 - Legislação Complementar  
*(Já inclui: Mecanismos para a resolução de litígios fiscais na UE)*

Compilação organizada por

José Manuel Martins Marreiros

## JOSÉ MANUEL MARTINS MARREIROS

Especialista em Fiscalidade reconhecido pelo ISCAL/IPL, mestrado em Gestão de Empresas com especialização em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pela UAL (parte escolar), pós-graduação em Fiscalidade pelo ISG, licenciatura em Economia pela ULHT e licenciatura em Contabilidade e Administração com especialização em Auditoria pelo ISCAL. Frequentou o curso e obteve a certificação de aptidão pedagógica de formador (CAP) pelo IEFP.

Economista assessor principal do quadro de pessoal técnico superior da inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira, exerce funções no Gabinete do Subdiretor-Geral do IVA. Anteriormente exerceu funções na área da justiça tributária, em matérias de direito fiscal internacional, bem como na Unidade dos Grandes Contribuintes e, em comissão de serviço, na Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais.

Professor Adjunto Convidado do ISCAL, em regime de acumulação e a tempo parcial, tem lecionado as unidades curriculares de *Direito Fiscal Internacional*, *Planeamento Fiscal*, *Sistema Fiscal Português*, *Gestão Fiscal Internacional*, *Fiscalidade Empresarial* e *Fiscalidade Indireta*. Enquanto Assistente Convidado do ISGB lecionou as unidades curriculares de *Fiscalidade e Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*.

Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII Governo Constitucional.

Na ex-Direção-Geral dos Impostos exerceu, entre outras, as funções de chefe da Divisão de Administração do IRS, formador do Centro de Formação, coordenador da troca de informação na área das relações fiscais internacionais, membro do gabinete de apoio jurídico-económico, membro do núcleo de auditoria interna e controlo de qualidade, vogal nas comissões de revisão da matéria tributável, chefe de equipas de inspeção tributária, inspetor tributário, perito de fiscalização e liquidador tributário.

Livros publicados:

- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2013 a 2019, Áreas Editora;

Em coautoria

- *Manual de Fiscalidade*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Manual de Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2005 a 2012, Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IVA*, três edições de 2000 a 2005 e reimpressão em 2007, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IRS*, edição de 2001, Vislis Editores;
- *Impostos sobre o Rendimento (IRS-IRC-EBF)*, oito edições de 1998 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA-RITI)*, oito edições de 1997 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora.



## NOTA PRÉVIA

O presente livro foi elaborado de modo a compilar num só volume a legislação dos impostos que constituem o sistema fiscal português.

Tem como destinatários os profissionais, professores e estudantes do ramo do direito fiscal, apresentando-se com uma organização e um formato que permitem o seu fácil manuseamento.

Está dividido em sete pontos: Princípios, procedimentos e contencioso tributários [1], Impostos sobre o rendimento [2], Impostos sobre o consumo [3], Impostos sobre o património e outros considerados híbridos [4], Estatuto dos benefícios fiscais e outros [5], Regiões autónomas e autarquias locais [6] e Legislação complementar inserida por ordem cronológica [7]. Outra legislação complementar, quadros resumo e fórmulas de cálculo encontram-se inseridos em notas a artigos de diversos diplomas por motivo de ordem prática, nomeadamente, a sua relação direta com o assunto do artigo em causa, a sua especificidade e a consulta em simultâneo.

Contém um índice geral e um índice cronológico, bem como um índice sistemático no início de cada diploma, para resumir o seu conteúdo e facilitar a consulta.

Na elaboração do livro foram ainda considerados os seguintes critérios:

- As normas alteradas, em regra, referenciam-se com menção do respetivo diploma e, relativamente às mais recentes, transcreve-se a redação anterior ou a expressão objeto de alteração;
- No caso de republicação de diplomas, apenas se faz menção às normas alteradas subsequentemente à republicação, salvo quando por razões de ordem prática se mostre necessário e viável manter a redação anterior;
- No caso de diplomas com renumeração do articulado, todas as remissões para preceitos na redação anterior consideram-se efetuadas para as disposições correspondentes na nova redação, pelo que, com o intuito de facilitar a perceção dessa correspondência, junto de cada norma remissiva indica-se o artigo novo com a expressão “(atual \_\_)”;
- Nos artigos de alguns diplomas optou-se por criar epígrafes em *itálico*, não contidas nos textos legais, nos casos em que se considera fundamental a identificação do conteúdo;
- Nas notas em que se referenciam diplomas incluídos no presente livro, indica-se com o símbolo “[\_\_]” o ponto onde estão inseridos e com “p. \_\_” a respetiva página;
- Nas notas em que se referenciam diplomas não incluídos, indica-se o sítio da Internet onde se encontram disponíveis, nomeadamente os que aprovam modelos de declarações fiscais “(disponíveis em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt))”;
- É utilizada a grafia do novo Acordo Ortográfico nos títulos, notas do autor e legislação publicada a partir de 01/01/2012, mantendo-se a legislação publicada até 31/12/2011 com a grafia anterior ao referido Acordo.

Na sequência da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em resultado da fusão da Direção-Geral dos Impostos (DGCI), Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e Direção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), a partir de 01/01/2012, quaisquer referências feitas em leis ou documentos às extintas direções-gerais consideram-se como efetuadas à AT.

A presente 16.ª edição encontra-se atualizada a setembro de 2019, incluindo as alterações decorrentes da legislação publicada desde a saída da 15.ª edição em fevereiro do corrente ano até à presente data, nomeadamente:

- Retificação à lei que alterou o CIRS e criou condições de acesso a incentivos fiscais em programas de construção de habitação para renda acessível;
- Renúncia à condição de magistrado judicial jubilado para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária, alterando o RJAT;
- Aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial, alterando o CPPT e outros diplomas;
- Regulamentação dos termos e condições de que depende o direito à redução da taxa especial de IRS aplicável a rendimentos prediais;

- Alteração da regulamentação referente à suspensão dos prazos de reembolso de IRC e IVA;
- Alteração da regulamentação referente à comunicação dos inventários à AT;
- Reforço do combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164 e alterando o CIRC, LGT e CPPT;
- Aplicação da taxa reduzida do IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural, alterando o CIVA;
- Regulamentação dos termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica;
- Programa de Arrendamento Acessível - Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais;
- Agravamento do IMI relativamente a prédios devolutos em zonas de pressão urbanística, alterando o CIMI e o DL que define o conceito de prédio devoluto;
- Regime fiscal aplicável às competições *UEFA Nations League Finals 2019* e *UEFA Super Cup Final 2020*;
- Atualização da tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação;
- Alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual em sede de IRS;
- Regulamentação do regime das «Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças», previsto no CPPT;
- Alteração de modelos declarativos e de regulamentação necessária à aplicação de diversas normas fiscais não mencionadas anteriormente;
- Alteração do regime jurídico da estruturação fundiária, o qual prevê isenções de emolumentos, IMT, ISelo e IMI;
- Alteração do Estatuto dos Magistrados Judiciais e aprovação do novo Estatuto do Ministério Público - Dedução específica da cat. A do IRS relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e trajó profissional;
- Alteração do regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI);
- Alteração do CIRC, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, do RGIT e do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Alteração e republicação do ETAF;
- Alteração e republicação do CPPT e outros;
- Alteração de diversos códigos fiscais - CIRS, CIRC, CIVA, CISelo, CIMI, CIMT, CIUC, RGIT, CPPT, RJAT e Legislação Complementar;
- Mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da UE em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852 para a ordem jurídica interna.

Sempre que ocorram alterações legislativas serão elaboradas atualizações (com indicação das páginas do livro onde devem ser inseridas), a disponibilizar para consulta e impressão até à próxima edição no sítio [www.areaseditora.pt](http://www.areaseditora.pt).

Importa referir que as notas, quadros resumo, fórmulas de cálculo, epígrafes em artigos de diplomas cujos textos legais não as preveem e outras inovações, apresentados em caracteres diferenciadores – *itálico* – e que não sejam a transcrição de diplomas legais ou de instruções divulgadas, são da autoria e inteira responsabilidade do autor, podendo o seu conteúdo não coincidir com a posição oficial, pelo que não dispensam a leitura dos diplomas originais.

O rigor colocado na elaboração deste livro não invalida que possa conter eventuais gralhas ou incorreções. Agradece-se, desde já, a amabilidade de nos enviar críticas e sugestões, podendo fazê-lo para o endereço [josemarreiros.sfp@gmail.com](mailto:josemarreiros.sfp@gmail.com).

Lisboa, 25 de setembro de 2019

# ÍNDICE GERAL (\*)

	Página		Página
ÍNDICE CRONOLÓGICO .....	14	4.5 – CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (CIUC) – Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho .....	464
<b>1 – PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E CONTENCIOSO TRIBUTÁRIOS</b>		<b>4.6 – REGULAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS</b>	
<b>1.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP)</b> – Decreto de 10 de abril de 1976 ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) .....	27	<b>4.6.1 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo (RCE)</b> – Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de março .....	472
<b>1.2 – LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)</b> – Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro .....	35	<b>4.6.2 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 (RCE)</b> – Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de março .....	475
<b>1.3 – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO (CPPT)</b> – Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro .....	63	<b>4.6.3 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos (RCE)</b> – Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de março .....	478
– Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro ( <i>Alteração e republicação do CPPT e outros</i> ) ..	69	<b>4.7 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ) E IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)</b>	
<b>1.4 – REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT)</b> – Lei n.º 15/2001, de 5 de junho .....	113	<b>4.7.1 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ)</b> – Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro – Lei do Jogo ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i> ) .....	482
<b>1.5 – REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (RCPITA)</b> – Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro .....	135	– Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i> ).....	486
<b>1.6 – REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (RJAT)</b> – Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro .....	146	<b>4.7.2 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)</b> – Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas <i>online</i> ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJO</i> ) .....	487
<b>1.7 – ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (ETAF)</b> – Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro .....	153	<b>4.8 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SETOR BANCÁRIO</b> – Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 141.º .....	492
– Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro ( <i>Alteração e republicação do ETAF</i> ) .....	154	<b>4.9 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO</b> – Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 228.º .....	494
<b>2 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>		<b>4.10 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÉUTICA</b> – Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 168.º .....	501
<b>2.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (CIRS)</b> – Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro .....	167	<b>4.11 – REFORMA DA FISCALIDADE VERDE, INCENTIVO PELA INTRODUÇÃO NO CONSUMO DE VEÍCULOS DE BAIXAS EMISSÕES E CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS SACOS DE PLÁSTICO LEVES</b> – Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro .....	503
– Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro ( <i>Reforma da tributação das pessoas singulares</i> ) 170		<b>5 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS</b>	
<b>2.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC)</b> – Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro .....	229	<b>5.1 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)</b> – Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho .....	509
– Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho .....	232	<b>5.2 – CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO (CFI)</b> – Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro .....	551
– Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro ( <i>Reforma da tributação das sociedades</i> ) .....	233	– Regulamentação: Portarias n.ºs 282/2014, de 30/12, 94/2015, de 23/03, e 297/2015, de 21/09 .....	562/564
<b>3 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO</b>		<b>6 – REGIÕES AUTÓNOMAS E AUTARQUIAS LOCAIS</b>	
<b>3.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (CIVA)</b> – Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro .....	297	<b>6.1 – LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS</b> ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) – Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro .....	567
<b>3.2 – REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS (RITI)</b> – Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro .....	343	<b>6.2 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>	
<b>3.3 – CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (CIEC)</b> – Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho .....	353	<b>6.2.1 – Taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à coleta e benefícios fiscais na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro ...</b>	572
<b>4 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO E OUTROS</b>			
<b>4.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI)</b> – Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro .....	383		
<b>4.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (CIMI)</b> – Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro .....	417		
<b>4.3 – CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO E TABELA GERAL (CISelo e TGISelo)</b> – Lei n.º 150/99, de 11 de setembro .....	429		
<b>4.4 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (CISV)</b> – Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho .....	446		

(\*) *Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.*

Página	Página
6.2.2 – Derrama regional na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro ..... 575	Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC – Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro ..... 617
6.2.3 – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na R. A. dos Açores – Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho ..... 577	Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens – Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro ..... 623
<b>6.3 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</b>	Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas – Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro ..... 631
6.3.1 – Taxas de IRS na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro ..... 581	Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (Regulamentação do nº 6 do art. 123º, do CIRC) – Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro (Revogada) ..... 633
6.3.2 – Taxas de IRC na R.A. da Madeira e Derrama Regional – Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro ..... 582 – Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto ..... 584	Sistemas de faturação e arquivo de informação – Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Art. 5º (Revogado) ..... 634
6.3.3 – Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro ..... 585	Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (Trading) – Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Art. 6º ..... 635
6.3.4 – Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) – Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/M, de 28 de junho ..... 587 – Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro ..... 588	Regime jurídico da cobrança do IVA e do pagamento dos reembolsos – Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro ..... 636
6.3.5 – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro ..... 596	Regime especial de tributação em IVA dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades – Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro ..... 638
<b>6.4 – REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, TAXAS DE DERRAMA, PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS E TAXAS DE IMI POR MUNICÍPIO</b>	Regime fiscal específico das sociedades desportivas – Lei nº 103/97, de 13 de setembro ..... 642
Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Artigos relacionados com o sistema fiscal) ..... 598	Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (Regime excecional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI) – Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro ..... 643
Taxas de Derrama por município (Lançadas nos termos do art. 18º da Lei nº 73/2013, de 03/09) ..... 604	Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos – Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro ..... 644
Participação variável no IRS por município (Fixada e dedução à coleta nos termos do art. 26º da Lei nº 73/2013, de 03/09) ..... 607	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (Normas fiscais) – Lei nº 35/98, de 18 de julho ..... 649
Taxas de IMI para prédios urbanos por município (Fixadas nos termos dos nºs 5 e 18 do art. 112º e art. 112º-A do CIMI) ..... 609	Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro ..... 650
<b>7 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (inserida por ordem cronológica)</b>	
Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos – Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho ..... 611	Condições de emissão e atribuição de vales sociais (Vales infância e vales educação) – Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro ..... 651
Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados – Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto ..... 612	Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (Isenção de IRS e de outros tributos) – Lei nº 22/99, de 21 de abril – Arts. 3º e 9º ..... 653
Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais – Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho (Regulamentação do art. 14º, nº 1, alínea l), do CIVA) ..... 613 – Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho (Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA) ..... 614	Regime da tesouraria do Estado – Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho ..... 653
Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas, sem carácter comercial, expedidas de um país terceiro – Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro ..... 615	Pessoas coletivas de utilidade pública (Isenções) – Lei nº 151/99, de 14 de setembro ..... 659
Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal – Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho (Revogado) ..... 615	Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento – Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro ..... 660
Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos ; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuadas pelos produtores. – Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril – Arts. 9º e 10º ..... 616	Lei da liberdade religiosa (Normas fiscais) – Lei nº 16/2001, de 22 de junho ..... 662
	Regime fiscal das operações de titularização de créditos – Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto ..... 664
	Preços de transferência (Regulamentação do nº 13 do art. 63º CIRC) – Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro ..... 666
	Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF) – Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho ..... 672
	Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal) – Lei nº 19/2003, de 20 de junho ..... 676

Página	Página
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho ..... 677	Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” – Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro ..... 745
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis ( <i>Paraísos fiscais – Regulamentação do n.º 1 do art. 63.º-D da LGT</i> ) – Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro ..... 684	Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português – Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20 de dezembro ..... 746
Código da Insolvência e Recuperação de Empresas ( <i>CIRE, Título XIII – Benefícios emolumentares e fiscais</i> ), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março ..... 686	Sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal (NIF) – Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro ..... 753
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 ( <i>Normas fiscais</i> ), aprovada pela Res. da A. R. n.º 74/2004 e ratificada pelo Dec. do Presidente da República n.º 80/2004, de 16/11 ..... 687	Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT – Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro ..... 758
Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro ..... 688	Regime de IVA de caixa – Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio ..... 760
Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal – Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro ..... 693	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) – Lei n.º 49/2013, de 16 de julho ..... 763
Informação Empresarial Simplificada (IES) – Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro ..... 694	Sorteio «Fatura da Sorte» – Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro ..... 764
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis ( <i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º CIVA</i> ) – Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro ..... 699	Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto ..... 766
Ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) ( <i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 321-A/ 2007, de 26 de março ..... 702	Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade – Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro ..... 771
Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA – Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio ( <i>Revogado</i> ) ..... 704	Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT ( <i>Regulamentação prevista no n.º 3 do art. 75.º-A do CIRC</i> ) – Portaria n.º 275/2014, de 26 de dezembro ..... 774
Deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo e orientações interpretativas – Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro ..... 706 – Despacho n.º 14 592/2008, do SEAF, de 27 de maio ..... 709	Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas ( <i>Regulamentação do n.º 2 do art. 60.º do CISelo e alíneas a) e b) do n.º 5 do art. 115.º do CIRS</i> ) – Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março ..... 776
Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) ( <i>Regulamentação do n.º 9 do art. 138.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 620-A/ 2008, de 16 de julho ..... 714	Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças ( <i>Regulamentação da alínea a) do n.º 1 do art. 115.º do CIRS</i> ) – Portaria n.º 338/2015, de 8 de outubro ..... 778
Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102.º a 105.º ..... 718	Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento – Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro ..... 779
Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Art. 116.º ..... 720	Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) – Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro ..... 782
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso – Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto ..... 722	Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal ( <i>Taxfree – Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i> ) – Decreto-Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro ..... 784
Regime das depreciações e amortizações ( <i>Regulamentação do n.º 1 do art. 31.º do CIRC</i> ) – Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro ..... 726	Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica ( <i>Regulamentação prevista no n.º 14 do art. 59.º-F do EBF</i> ) – Portaria n.º 89-A/2017, de 19 de abril ( <i>Revogada</i> ) ..... 788
Certificação prévia dos programas informáticos de faturação ( <i>Regulamentação do n.º 9 do art. 123.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho ..... 738	Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior ( <i>Regulamentação prevista no n.º 4 do art. 41.º-B do EBF</i> ) – Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho ..... 792
Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal ( <i>Regulamentação do art. 22.º do CIVA</i> ) – Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho ..... 740	Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS – Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho ..... 793
Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT – Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto ..... 742	

	Página
Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) ( <i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i> ) – Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro .....	795
Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 – Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro .....	796
Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário ( <i>Desistência do pedido com isenção de custos, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i> ) – Decreto-Lei nº 81/2018, de 15 de outubro .....	797
Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado – Decreto-Lei nº 92/2018, de 13 de novembro .....	799
Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões, auferidas por titulares residentes em território português ( <i>Versão unificada dos despachos e tabelas para residentes no Continente, R. A. dos Açores e R.A. da Madeira – 2019</i> ) .....	806
Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal ( <i>IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar</i> ) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties ( <i>Atualizada a 14/02/2019 e 28/05/2019</i> ) .....	813
Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro .....	818
Programa de Arrendamento Acessível - Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais – Decreto-Lei nº 68/2019, de 22 de maio .....	825
Regime fiscal aplicável às competições <i>UEFA Nations League Finals 2019 e UEFA Super Cup Final 2020</i> – Lei nº 38/2019, de 4 de junho .....	827
Mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos ( <i>Transposição da Diretiva (UE) n.º 2017/1852 para a ordem jurídica interna</i> ) – Lei nº 120/2019, de 19 de setembro .....	828

**OUTRA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR,  
QUADROS RESUMO E FÓRMULAS DE CÁLCULO,  
EM NOTAS A ARTIGOS DE DIVERSOS DIPLOMAS  
(inseridos por ordem sistemática dos artigos)**

**Em notas a artigos da LGT [1.2]**

Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2] .....	39
Disposições transitórias relativas a procedimentos para completar a criação de caixa postal eletrónica – Nota ao art. 19º da LGT [1.2] .....	39
Portaria nº 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2] .....	41
Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro - Art. 3º - Aplicação no tempo, direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2] .....	42
Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] .....	43
Avisos do IGCP que fixam a taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo .....	43
Lei nº 39/2018, de 8 de agosto - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2] .....	47
Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2] .....	49
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro Art. 295º nº 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT ( <i>Transferências e envio de fundos para paraísos fiscais</i> ) Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) – Notas ao art. 63º-A da LGT [1.2] .....	49
Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64º da LGT [1.2] .....	52
Portaria nº 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] .....	54
Despacho nº 7689/2017, de 01 de setembro (DR, 2.ª Série) - Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] .....	54
Portaria nº 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] .....	55
Despacho nº 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] .....	56
Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2] .....	60
Portaria nº 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LGT [1.2] .....	60
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2] .....	61

Página	Página
<b>Em notas a artigos do CPPT e ao DL que o aprova [1.3]</b>	
Regulamento das Custas Processuais (RCP) – Art. 5º e quadro resumo dos valores da unidade de conta (UC) – Notas ao art. 5º de DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] .....	67
Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes / Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] ..	68
Código Civil	
Art. 279º – Cômputo do termo ( <i>contagem dos prazos</i> ) – Nota ao art. 20º do CPPT [1.3] .....	72
Código de Processo Civil	
Art. 138º – Regra da continuidade dos prazos – Nota ao art. 20º do CPPT [1.3] ..	72
Portaria nº 233/2019, de 25 de julho - Regulamenta o regime das “Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças” (NCEPF) – Nota ao art. 38º-A do CPPT [1.3] .....	74
Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3] .....	77
Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA)	
Art. 24º - Processo Eletrónico Artigo 25º - Citações e notificações – Nota ao art. 97º do CPPT [1.3] .....	85
Código de Processo Civil	
Art. 186º, nºs 1 e 2 – Ineção da petição inicial – Nota ao art. 98º do CPPT [1.3] .....	86
Disposições transitórias relativas à dispensa de garantia em pagamentos a prestações – Nota ao art. 196º do CPPT [1.3] .....	98
Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3] .....	100
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º -Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3] .....	105
Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º do CPPT [1.3] .....	106
Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3] .....	106
<b>Em notas a artigos do RGIT [1.4]</b>	
Código Penal	
Art. 202º, alíneas a) e b) – Definições legais ( <i>Valor elevado e valor consideravelmente elevado</i> ) – Nota ao art. 11º do RGIT [1.4] .....	116
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] .....	119
Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] .....	120
<b>Em notas a artigos do RJAT [1.6]</b>	
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a Direção-Geral dos Impostos e a Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ( <i>atual Autoridade Tributária e Aduaneira</i> ) à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] .....	147
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária, aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] .....	149
<b>Em notas a artigos do ETAF [1.7]</b>	
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] .....	156
<b>Em notas a artigos do CIRS [2.1]</b>	
Diplomas que estabelecem os limites legais do subsídio de refeição, das ajudas de custo e do subsídio de transporte em automóvel próprio – Notas ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	178
Abono para falhas – Fórmula de cálculo do limite mensal a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 3 c), do CIRS [2.1] .....	178
Indemnização por cessação do contrato de trabalho – Fórmula de cálculo do limite a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 4 b), do CIRS [2.1] .....	178
Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série) – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1] .....	179
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 2º, 3º, 4º e 22º – Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1] .....	180
Código Civil – Art. 1101º - Denúncia pelo senhorio (contrato de arrendamento) – Nota ao art. 9º do CIRS [2.1] .....	182
Mais-valias ou menos-valias fiscais (categoria G) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 10º, nº 1, do CIRS [2.1] .....	184
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1] .....	186
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1] .....	186
Diplomas que estabelecem os valores da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), do indexante de apoios sociais (IAS) e da pensão mínima do regime geral (PMRG) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	187
Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1] .....	187
Lista dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (EEE) – Nota ao art. 17º-A do CIRS [2.1] .....	189
Empréstimo sem juros ou com taxa de juro inferior à de referência, concedido ou suportado pela entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nº 3, do CIRS [2.1] .....	191
Uso ou aquisição de viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nºs 5, 6 e 7, do CIRS [2.1] .....	191
Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1] .....	192
Lei nº 21/85, de 30 de julho - Art. 17º nº 1 g) Lei nº 143/99, de 31 de agosto - Art. 4º nº 1 Lei nº 67/2019, de 27 de agosto - Art. 111º nº 1 j) Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados judiciais (Juizes) e de magistrados do Ministério Público (Procuradores) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e trajo profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	192
Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1] .....	192



Página	Página
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro: Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado; Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Notas ao art. 31º do CIRS [2.1] ..... 194	Encargos com ajudas de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador ao serviço da entidade patronal (Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 23º-A, nº 1 h), do CIRC [2.2] – Quadro resumo ..... 245
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 – Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] ..... 194	Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2] ..... 246
Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para as viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1] 195	Gastos relativos à participação nos lucros por membro de órgãos sociais, titular de parte do capital social – Fórmula de cálculo do limite considerado gasto fiscal – Nota ao art. 23º-A, nº 1 o), do CIRC [2.2] ..... 246
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Anexo, art. 2º, nºs 2 e 3 – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de pequenas e micro empresas – Nota ao art. 43º do CIRS [2.1] ..... 197	Lei nº 98/2019, de 4 de setembro - Arts. 3º e 4º - Imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras de períodos anteriores e período de adaptação (2019 e seguintes) - Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2] ..... 248
Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro - Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] ..... 200	Decretos Regulamentares nº 13/2018, de 28/12 (período de 2018), nº 11/2017, de 28/12 (período de 2017), nº 5/2016, de 18/11 (período de 2016) e nº 19/2015, de 30/12 (período de 2015) - Estabelecem os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC – Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2] ..... 248
Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1] ..... 201	Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º do CIRC [2.2] ..... 250
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes no Continente – Nota ao art. 68º do CIRS [2.1] ..... 202	Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego – Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] ..... 253
Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 68º-A do CIRS [2.1] ..... 203	Mais-valias e menos-valia fiscais – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 46º, nº 2, do CIRC [2.2] ..... 255
Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] ..... 205	Portarias que estabelecem os coeficientes de desvalorização da moeda – Nota ao art. 47º, nº 1, do CIRC [2.2] – Quadro resumo ..... 255
Portaria nº 110/2019, de 12 de abril - Regulamenta os termos e as condições previstas nos nºs 2 a 5 do art. 72º do CIRS de que depende o direito à redução da taxa especial aplicável a rendimentos prediais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] .... 206	Dedução de prejuízos fiscais nas entidades residentes que exerçam a título principal uma atividade e nas não residentes com estabelecimento estável – Quadro resumo – Nota ao art. 52º, nº 1, do CIRC [2.2] ..... 260
Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 10, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS ( <i>regime fiscal do residente não habitual</i> ) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] . 206	Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nº 13, do CIRC [2.2] ..... 260
Portaria nº 230/2019, de 23 de julho - Arts. 4º e 5º - Entrada em vigor, produção de efeitos e disposição transitória das alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual – Nota ao artigo único e tabela da Portaria nº 12/2010, de 07/01, junto ao art. 72º do CIRS [2.1] ..... 207	Dedução de prejuízos fiscais e menos valias nas entidades residentes que não exerçam a título principal uma atividade – Quadro resumo – Nota ao art. 53º, nº 2, do CIRC [2.2] ..... 261
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art 260º - Medidas transitórias sobre deduções a coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 – Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] ..... 209	Normas transitórias relativas aos resultados internos que tenham sido eliminados ao abrigo do anterior regime de tributação pelo lucro consolidado, ainda pendentes em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] ..... 269
Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] ..... 212	Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro - Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Nota ao art. 86º-B do CIRC [2.2] ..... 276
Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (método da imputação normal) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 81º, nºs 1 e 2, do CIRS [2.1] ..... 214	Coleta do IRC por aplicação das taxas previstas nos nºs 1 e 2, em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º, nºs 1 e 2, do CIRC [2.2] ..... 276
Normas que estabelecem a transmissão de dados da Segurança Social e a CGA para a AT – Nota art. 121º do CIRS [2.1] ..... 223	Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota ao art. 87º, nº 2, do CIRC [2.2] ..... 276
Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1] ..... 226	Derrama estadual – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º-A do CIRC [2.2] ..... 277
Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro - Fixa os procedimentos a ser observados pelas pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota equivalente a 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] ..... 227	Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2] ..... 278
<b>Em notas a artigos do CIRC [2.2]</b>	
Lei nº 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1] ..... 243	Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-Membros da União Europeia e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2] .... 282

	Página		Página
Pagamentos por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º do CIRC [2.2] .....	284	Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao 36º, nº 11, do CIVA [3.1] .....	324
Pagamentos adicionais por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º-A do CIRC [2.2] .....	284	Base tributável nas faturas com IVA incluído – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 49º do CIVA [3.1] .....	326
Lei nº 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] .....	285	Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] .....	328
Pagamento especial por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] .....	286	Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B, do CIVA [3.1] .....	333
Lei nº 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] .....	290	Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 de julho – Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1] .....	335
Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro – Definem os elementos que integram o dossier fiscal e aprovam diversos modelos de mapas – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] .....	292/293	Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] .....	339
<b>Em notas a artigos do CIVA [3.1]</b>		Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro – Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] .....	339
Lista dos Estados membros da União Europeia e datas de adesão – Nota ao art. 1º, nº 2 b) do CIVA [3.1] .....	303	<b>Em notas a artigos do RITI [3.2]</b>	
Portaria nº 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] .....	304	Montante a partir do qual ficam sujeitas a tributação no Estado membro de destino as aquisições intracomunitárias de bens efetuadas por sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas sem direito à dedução, bem como as efetuadas pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público quando atuem na qualidade de não sujeitos passivos – Nota ao art. 5º do RITI [3.2] – Quadro resumo .....	346
Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] .....	304	Montante a partir do qual as vendas à distância são obrigatoriamente sujeitas a tributação no Estado membro de destino – Nota ao art. 10º do RITI [3.2] – Quadro resumo .....	347
Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1] .....	304	Estrutura do número de identificação fiscal (NIF), para efeitos de IVA, relativamente a cada Estado membro – Nota ao art. 27º do RITI [3.2] – Quadro resumo .....	350
Tratado sobre o Funcionamento da UE – Art. 29º – Definição do que se considera produtos em livre prática – Nota ao art. 5º do CIVA [3.1] .....	305	<b>Em notas a artigos do CIEC [3.3]</b>	
Lei nº 71/2013, de 2 de setembro - Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] .....	310	Normas transitórias relativas à introdução no consumo de bebidas não alcoólicas (adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes) – Consignação da receita ao setor da saúde – Notas ao art. 87º-A do CIEC [3.3].....	370
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), do CIVA [3.1] .....	310	Normas que estabelecem adicionais à taxa de ISP e à taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2 – Notas ao art. 92º do CIEC [3.3] .....	373
Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1] .....	310	Normas transitórias de redução do ISP/subsídios à pequena pesca artesanal e costeira, aos pequenos agricultores e aquicultores – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] .....	375
Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de março – Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1] .....	314	Normas transitórias relativas à introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota ao art. 109º do CIEC [3.3] .....	381
Taxas de IVA aplicáveis em cada Estado membro da União Europeia – Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] – Quadro resumo .....	315	<b>Em notas a artigos do CIMI e ao DL que o aprova [4.1]</b>	
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1] .....	315	Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] .....	386
Método da percentagem de dedução ou <i>pro rata</i> – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 23º do CIVA [3.1] .....	318	Portaria nº 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] .....	388
Portaria nº 215/2017, de 20 de julho - Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] .....	319	Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro - Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] .....	389
Portaria nº 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] .....	321		

Página	Página
Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] ..... 393	Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11º do CISV [4.4] ..... 451
Isonção de IMI para sujeitos passivos de baixos rendimentos – Limites do rendimento bruto do agregado familiar e do VPT global dos prédios rústicos e urbanos – Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] ..... 393	<b>Em notas a artigos do CIUC [4.5]</b>
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura – Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] ..... 397	Normas que estabelecem o adicional em sede de IUC para veículos a gásóleo enquadráveis nas categorias A e B – Nota (1) ao art. 10º CIUC [4.5] .... 467
Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogéneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] ..... 401	Normas que estabelecem uma redução percentual a aplicar às emissões de CO <sub>2</sub> – WLTP – Nota (2) ao art. 10º do CIUC [4.5] ..... 467
Portaria nº 1434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excepcional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos da aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do art. 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] ..... 401	<b>Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Bancário [4.8]</b>
Portarias que fixam o valor médio de construção – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 401	Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] ..... 493
Portaria nº 111/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] ..... 402	<b>Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Energético [4.9]</b>
Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 agosto - Conceito de prédio devoluto para efeitos da aplicação da taxa do IMI (arts. 112.º e 112.º-B do CIMI) e demais finalidades relacionadas com políticas de habitação, urbanismo e reabilitação urbana – Nota ao art. 112º do CIMI [4.1] ..... 407	Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º [4.9] ..... 495
Adicional ao IMI – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 135º-F do CIMI [4.1] ..... 413	Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9] ..... 496
<b>Em notas a artigos do CIMT [4.2]</b>	<b>Em notas a artigos da Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves [4.11]</b>
Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT ( <i>time-sharing</i> ) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] ..... 420	Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11] ..... 504
Lei nº 111/2015, de 27 de agosto - Art. 51º - Isenções de emolumentos, IMT, ISelo e IMI em resultado de determinadas operações relativas a prédios rústicos – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] ..... 420	Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11] ..... 506
Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] ..... 424	<b>Em notas a artigos do EBF [5.1]</b>
Tabelas práticas para aplicação das taxas do IMT (habitação própria e permanente e habitação – Continente e Regiões Autónomas) – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] ..... 424	Disposições transitórias que prorrogam normas que consagram benefícios fiscais – Notas ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 512
<b>Em notas a artigos do CISelo [4.3]</b>	Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] ..... 518
Normas transitórias que isentam de imposto do selo a constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 7º, nº 1 u), do CISelo [4.3] ..... 435	Decreto-Lei nº 19/2019, de 28 de janeiro - Art. 11.º-A - Regime fiscal das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI) - Nota ao art. 22º do EBF [5.1] ..... 519
Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT igual ou superior a € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 ( <i>Revogada</i> ) da TGISelo [4.3] ..... 445	Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado ao reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1] ..... 520
<b>Em notas a artigos do CISV e à Lei que o aprova [4.4]</b>	Normas transitórias que isentam de IRS ou de IRC os juros de empréstimos externos ( <i>Schuldscheindarlehen</i> e <i>Reminbi</i> ) celebrados pelo IGCP – Notas ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524
Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60 % – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] ..... 447	Normas transitórias que isentam de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] ..... 525
Lei nº 36/91, de 27 de julho – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] ..... 448	Normas transitórias que isentam de Imposto do Selo as operações de reporte de valores mobiliários – Nota ao art. 32º-D do EBF [5.1] ..... 525
	Normas transitórias que isentam de IRS e IRC rendimentos de valores mobiliários – Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] ..... 530
	Código das Sociedades Comerciais - Art. 35º - Perda de metade do capital – Nota ao art. 43º-B do EBF [5.1] ..... 532

Página	Página
Portaria nº 195/2018, de 5 de julho - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43º-C do EBF [5.1] ..... 532	<b>Em notas à legislação da R. A. Madeira [6.3]</b>
Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] ..... 534	Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes na R.A. da Madeira – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.3.1] .... 581
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 160º – Interconexão de dados entre a Direção-Geral das Atividades Económicas e a AT – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] ..... 534	Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º-A do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.3.1] ..... 582
Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25º-A – Regime fiscal d a entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] ..... 537	Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 2/2001/M, de 20/02 [6.3.2] ..... 583
Decreto-Lei nº 45/2018, de 19 de junho - Art. 16º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 540	Diplomas que mantêm em vigor e alteram a derrama regional – Nota ao art. 3º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M [6.3.2] ..... 584
Portaria nº 490/2018, de 28 de setembro – Art. 7º - Regime transitório ( <i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i> ) – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 541	Diplomas que mantêm em vigor e alteram o regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. Madeira – Nota ao art. 17º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] ..... 585
Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 541	Portaria nº 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] ..... 586
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro – Art. 266º nº 2 Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 294º nº 1 – Donativos à Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] ..... 546	Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] ..... 588
<b>Em notas a artigos do CFI [5.2]</b>	
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2] ..... 560	<b>Em notas ao Regime financeiro das autarquias locais [6.4]</b>
Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2] ..... 562	Lei nº 42/2017, de 14 de junho – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] ..... 600
Portaria nº 94/2015, de 23 de março – Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2] ..... 562	Participação variável no IRS – Fórmula de cálculo da dedução à coleta – Nota ao art. 26º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] ..... 602
Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro – Procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2] ..... 564	Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4] ..... 602
<b>Em notas à legislação da R. A. Açores [6.2.1]</b>	
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de retenção na fonte e de tributação autónoma de IRS – Notas ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 573	<b>Em notas a outros diplomas da Legislação Complementar [7]</b>
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável, com a redução prevista para a R. A. dos Açores – Fórmulas de cálculo – Notas ao art. 5º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 573	Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12º, nº 4 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA Art. 12º, nº 6 – Exclusão de tributação em IRS ( <i>Revogado</i> ) – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] ..... 616
Normas que determinam os setores estratégicos da economia onde os lucros reinvestidos beneficiam de deduções à coleta de IRC e IRS – Nota ao art. 6º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 574	Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 3 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] ..... 616
Normas que fixam os valores dos projetos de investimento relevantes para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual – Notas ao art. 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 574	Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] ..... 620
Derrama regional – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] ..... 576	Normas transitórias de revogação e repristinação – Restituição do IVA a IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 632
Pagamento adicional por conta do IRC na R. A. Açores – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] ..... 576	Portaria nº 1370/2007, de 19 de outubro ( <i>Revogada</i> ) – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regráveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5º, nº 3, do DL nº 198/90, de 19/06 [7] ..... 635
	Normas transitórias que estabelecem que o regime de incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil aplica-se igualmente aos processos aprovados pelo IPMAEI no âmbito do SIRME – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] ..... 643
	Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4º, nºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL nº 29/98, de 11/02 [7] ..... 645

Página	Página
Portaria n.º 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4.º, n.º 3, do DL n.º 6/99, de 8/01 [7] ..... 650	Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3.º do DL n.º 198/2012, de 24/08 [7] ..... 743
Encargos com vales sociais (Vales infância e vales educação – Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 26/99, de 28/01 [7] – Quadro resumo 652	Portaria n.º 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3.º-A do DL n.º 198/2012, de 24/08 [7] ..... 744
Portaria n.º 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento documento único d e cobrança (DUC) – Nota ao art. 12.º, n.º 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] ..... 658	Portaria n.º 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão Interministerial para a Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Créditos (CIAMMCC) respeitantes a impostos, direitos e outras medidas – Nota ao art. 35.º do DL n.º 263/2012, de 20/12 [7] ..... 752
Portaria n.º 796/99, de 15 setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16.º, n.º 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] ..... 659	Portaria n.º 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6.º do DL n.º 21/2013, de 15/02 [7] ..... 759
Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7.º e 8.º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, DL n.º 191/99, de 5/06 [7] ..... 659	Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro Regulamenta os procedimentos e estabelece as condições do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) – Notas aos arts. 10.º n.º 2 e 14.º da Lei n.º 61/2014, de 26/08 [7] ..... 769/770
Portaria n.º 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22/06 [7] ..... 663	Portaria n.º 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7.º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] ..... 785
Portaria n.º 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e meios de prova para reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 4.º, n.º 8, do DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] ..... 674	Portaria n.º 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL n.º 295/87, de 31/07 ( <i>Taxfree</i> ) – Nota ao art. 9.º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] ..... 787
Portaria n.º 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5.º, n.º 2, do DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] ..... 675	Lei n.º 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4.º, n.º 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1.º do DL n.º 84/2017, de 21/07 [7] ..... 794
Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril - Art. 7.º - Norma transitória ( <i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i> ) – Nota ao título da Lei n.º 19/2003, de 20/06 [7] ..... 676	Despacho n.º 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1.º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] ..... 796
Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Arts. 198.º, n.º 5, e 201.º – Regime transitório no âmbito do DL n.º 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1.º do Regime de bens em circulação objeto de transações por sujeitos passivos de IVA, anexo a esse DL [7] ..... 678	Despacho n.º 382/2018, de 9 de janeiro - Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidadas – Nota ao art. 3.º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] ..... 797
Portaria n.º 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5.º do Regime anexo ao DL n.º 147/2003, de 11/07 [7] ..... 681	Despacho n.º 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7] ..... 817
Lei n.º 8/2018, de 2 de março – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27.º, 33.º, 34.º e 35.º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL n.º 53/2004, de 18/03 [7] ..... 686	Portaria n.º 144/2019, de 15 de maio - Regulamenta os termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica – Nota ao art. 8.º do DL n.º 28/2019, de 15/02 [7] ..... 820
Despacho n.º 2937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de imposto português sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22.º do Regime, DL n.º 193/2005, de 7/11 [7] ..... 693	
Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro - Art. 3.º - Entrada em vigor e produção de efeitos ( <i>entrega da IES/DA</i> ) – Nota ao art. 2.º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] ..... 695	
Portaria n.º 31/2019, de 24 de janeiro - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota ao art. 2.º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] .... 695	
Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria n.º 321-A/2007, de 26/03 [7] ..... 703	
Despacho n.º 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL n.º 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22.º deste DL ( <i>Comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i> ) [7] ..... 709	
Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro - Arts. 2.º, n.ºs 5 e 6, e 17.º, n.º 4 ( <i>reintegrações e amortizações</i> ) – Nota ao art. 22.º, alínea f), do D. Regul. n.º 25/2009, de 14/09 [7] ..... 731	



# ÍNDICE CRONOLÓGICO (\*)

	Página		Página
<b>1976</b>			
<b>Decreto de 10 de abril de 1976</b>			
<b>Constituição da República Portuguesa (CRP)</b>			
– Artigos relacionados com o sistema fiscal [1.1] .....	27		
<b>Decreto-Lei nº 437/76, de 20 de janeiro</b> – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 ( <i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i> ) [4.4] .....	447		
<b>1984</b>			
<b>Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro</b> – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) [3.1] .....	297		
<b>1985</b>			
<b>Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho</b> – Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos [7] .....	611		
<b>Lei nº 21/85, de 30 de julho</b> - Art. 17º nº 1 g) - Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados judiciais (Juizes) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional - Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	192		
<b>Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto</b> – Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados [7] .....	612		
<b>Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto</b> – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1] .....	315		
<b>Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro</b> – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), CIVA [3.1] .....	310		
<b>1986</b>			
<b>Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho, e</b> <b>Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho</b> – Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais ( <i>Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i> ) [7] .....	613/614		
<b>Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho</b> – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1] .....	310		
<b>Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro</b> – Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas expedidas sem carácter comercial, de países terceiros, por um particular com destino a outro particular [7] .....	615		
<b>1987</b>			
<b>Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho (Revogado)</b> – Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal [7] .....	615		
<b>1988</b>			
<b>Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril</b> – Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia eléctrica efetuada pelos produtores [7] .....	616		
<b>Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro</b> – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) [2.1] .....	167		
<b>Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro</b> – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) [2.2] .....	229		
		<b>Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro</b> – Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC [7] .....	617
<b>1989</b>			
<b>Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro</b> – Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens [7] .....	623		
<b>Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho</b> – Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) [5.1] .....	509		
<b>Portaria nº 521/89, de 8 de julho</b> – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] .....	304		
<b>Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro</b> – Lei do Jogo – Artigos relacionados com o sistema fiscal – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1] .....	482		
<b>1990</b>			
<b>Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro (Revogado)</b> – Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 ( <i>reintegrações e amortizações</i> ) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7] .....	731		
<b>Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro</b> – Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas [7] .....	631		
<b>Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro (Revogada)</b> – Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais ( <i>regulamentação do nº 6 do art. 123º do CIRC</i> ) [7] .....	633		
<b>Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho</b> – Artigo 5º – Sistemas de faturação e arquivo de informação ( <i>Revogado</i> ) [7] .....	634		
– Artigo 6º – Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais ( <i>Trading</i> ) [7] .....	635		
<b>Lei nº 21/90, de 4 de agosto</b> – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] .....	424		
<b>1991</b>			
<b>Lei nº 36/91, de 27 de julho</b> – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 ( <i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i> ) [4.4] .....	448		
<b>1992</b>			
<b>Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro</b> – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI) [3.2] .....	343		
<b>1993</b>			
<b>Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto</b> – Art. 61º – Isenção de IMT ( <i>time-sharing</i> ) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] .....	420		
<b>1995</b>			
<b>Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março</b> – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo [4.6.1] .....	472		
<b>Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março</b> – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 [4.6.2] .....	475		
<b>Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro</b> – Regime jurídico da cobrança do IVA e dos reembolsos [7] .....	636		

(\*) Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.

	Página		Página
<b>1996</b>			
<b>Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro</b> – Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades [7] .....	638	<b>Portaria nº 796/99, de 15 de setembro</b> – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] .....	659
<b>1997</b>			
<b>Lei nº 103/97, de 13 de setembro</b> – Regime fiscal específico das sociedades desportivas [7] .....	642	<b>Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro</b> – Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento [7] .....	660
<b>1998</b>			
<b>Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro</b> – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil ( <i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i> ) [7] .....	643	<b>Portaria nº 923/99, de 20 de outubro</b> – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7] .....	650
<b>Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro</b> – Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos [7] .....	644	<b>Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro</b> – Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) [1.3] .....	66
<b>2000</b>			
<b>Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março</b> – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos [4.6.3] .....	478	<b>Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto</b> – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1] .....	192
<b>Lei nº 35/98, de 18 de julho</b> – Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) ( <i>Normas fiscais</i> ) [7] .....	649	<b>Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro</b> – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, CIVA [3.1] .....	304
<b>2001</b>			
<b>Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro</b> – Lei Geral Tributária (LGT) [1.2] .....	35	<b>Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro</b> – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]..	60
<b>Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro</b> – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) [1.5] .....	135	<b>Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro</b> – Taxas de IRC na R.A. da Madeira [6.3.2] .....	582
<b>Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro</b> – Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro [7] .....	650	<b>Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro</b> – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1] .....	581
<b>Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro</b> – Condições de emissão e atribuição de vales sociais ( <i>Vales infância e vales educação</i> ) [7].....	651	<b>Lei nº 7/2001, de 11 de maio</b> – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1] .....	187
<b>Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de janeiro</b> – Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores ( <i>Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC deduções à coleta e benefícios fiscais</i> ) [6.2.1] .....	572	<b>Lei nº 15/2001, de 5 de junho</b> – Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) [1.4] .....	113
<b>Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março</b> – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LG T [1.2] .....	43	<b>Lei nº 16/2001, de 22 de junho</b> – Lei da liberdade religiosa ( <i>Normas fiscais</i> ) [7] .....	662
<b>Portaria nº 185/99, de 20 de março</b> – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista 1 anexa ao CIVA [3.1] .....	339	<b>Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto</b> – Regime fiscal das operações de titularização de créditos [7] .....	664
<b>Lei nº 22/99, de 21 de abril</b> – Arts. 3º e 9º – Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários ( <i>Isenção de IRS e de outros tributos</i> ) [7] .....	653	<b>Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto</b> – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1] .....	226
<b>Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril</b> – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3] .....	77	<b>Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto</b> – Limites para viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º CIRS [2.1] ...	195
<b>Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho</b> – Regime da tesouraria do Estado [7] .....	653	<b>Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro</b> – Preços de transferência ( <i>Regulamentação do art. 63º, nº 13, CIRC</i> ) [7] .....	666
<b>Portaria nº 640/99, de 12 de agosto</b> – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LG T [1.2] .....	60	<b>2002</b>	
<b>Lei nº 143/99, de 31 de agosto</b> – Art. 4º nº 1 – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	192	<b>Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro</b> – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) [1.7] .....	153
<b>Lei nº 150/99, de 11 de setembro</b> – Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo) [4.3] .....	429	<b>Portaria nº 352/2002, de 3 de abril</b> – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3] .....	107
<b>Lei nº 151/99, de 14 de setembro</b> – Pessoas coletivas de utilidade pública ( <i>Isenções</i> ) [7] .....	659	<b>Portaria nº 493/2002, de 27 de abril</b> – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3] .....	101
		<b>Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho</b> – Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E ( <i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF</i> ) [7] .....	672
		<b>Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro</b> – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] .....	675



Página	Página	
<b>Portaria n.º 1 453/2002, de 11 de novembro</b> – Descrição objetiva dos casos previstos e respetivos meios de prova para o reembolso dos PPR/E – Nota art. 4.º, n.º 8, DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] ..... 674	<b>Despacho n.º 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro</b> Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23.º do DL n.º 287/2003, de 12/11, que aprova o CIMI [4.1] ..... 389	
<b>2003</b>		
<b>Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril</b> – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35.º da LGT [1.2.] ..... 41	<b>Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro</b> – Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal [7] ..... 693	
<b>Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de abril</b> – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41.º do RGIT [1.4] ..... 120	<b>Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro</b> – Art. 55.º, n.º 3 – Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 21.º do EBF [5.1] ..... 516	
<b>Portaria n.º 375/2003, de 10 de maio</b> – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29.º do CIVA [3.1] ..... 321	<b>Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro - Art. 57.º n.º 2</b> – Norma transitória ( <i>Prazo de caducidade</i> ) – Nota ao art. 45.º da LGT [1.2] ..... 44	
<b>Portaria n.º 383/2003, de 14 de maio</b> – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24.º, n.º 7, do CIRS [2.1] ... 192	<b>2006</b>	
<b>Lei n.º 19/2003, de 20 de junho</b> – Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais ( <i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i> ) [7] ..... 676	<b>Portaria n.º 90/2006, de 27 de janeiro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2006 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 401	
<b>Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho</b> – Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA [7] ..... 677	<b>Despacho n.º 6 428/2006, publicado em 21 de março</b> Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16.º CIVA [3.1] ..... 314	
<b>Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro</b> – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) [4.1] ..... 383 – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) [4.2] ..... 417	<b>Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 agosto</b> - Conceito de prédio devoluto para efeitos da aplicação da taxa do IMI (arts. 112.º e 112.º-B do CIMI) e demais finalidades relacionadas com políticas de habitação, urbanismo e reabilitação urbana – Nota ao art. 112.º do CIMI [4.1] ..... 407	
<b>Portaria n.º 1 337/2003, de 5 de dezembro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16.º, n.º 2, do DL n.º 287/2003, de 12/11, aprova o CIMI [4.1] ..... 388	<b>Despacho n.º 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro</b> Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] ..... 339	
<b>Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro</b> – Art. 4.º, n.ºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL n.º 29/98, de 11/02 [7] ..... 645	<b>Portaria n.º 1433-C/2006, de 29 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2007 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 402	
<b>Portaria n.º 1 423-I/2003, de 31 de dezembro</b> – Regulamento do documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12.º, n.º 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] ..... 658	<b>Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro</b> – Art. 88.º – Disposições transitórias dos benefícios fiscais Notas aos arts. 3.º e 61.º do EBF [5.1] ..... 512/544	
<b>2004</b>		
<b>Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro</b> – Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis ( <i>Paraisos fiscais</i> ) [7] 684	<b>2007</b>	
<b>Portaria n.º 160/2004, de 14 de fevereiro</b> – Comissão interministerial – Nota ao art. 35.º do DL n.º 263/2012, de 20/12 [7] ..... 752	<b>Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro</b> – Informação Empresarial Simplificada (IES) [7] ..... 694	
<b>Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março</b> – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas ( <i>CIRE, Título III – Benefícios emolumentares e fiscais</i> ) [7] ..... 686	<b>Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro</b> – Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis ( <i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º do CIVA</i> ) [7] ..... 699	
<b>Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004</b> , aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, publicada em 16 de novembro ( <i>Normas fiscais</i> ) [7] ..... 687	<b>Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março</b> – Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT ( <i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i> ) [7] ..... 702	
<b>Portaria n.º 982/2004, de 4 de agosto</b> – Valor médio de construção para 2003 e 2004 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 401	<b>Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio</b> ( <i>Revogado</i> ) – Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA [7] ..... 704	
<b>2005</b>		
<b>Portaria n.º 99/2005, de 17 de janeiro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2005 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 401	<b>Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho</b> – Código do Imposto sobre Veículos (CISV) [4.4] ..... 446 – Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) [4.5] ..... 464	
<b>Despacho n.º 14 839/2005, publicado em 7 de julho</b> Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80.º do CIVA [3.1] ..... 335	<b>Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de julho</b> – Arts. 7.º e 8.º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] ..... 659	
<b>Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro</b> – Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida [7] ..... 688	<b>Portaria n.º 1 370/2007, de 19 de outubro</b> ( <i>Revogada</i> ) – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5.º, n.º 3, do DL n.º 198/90, de 19/06 [7] ..... 635	
	<b>Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro</b> – Microprodução de eletricidade: Art. 12.º, n.º 4 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 12.º, n.º 5 – Regime especial do IVA Art. 12.º, n.º 6 – Exclusão de tributação em IRS ( <i>Revogado</i> ) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7] ..... 616	

Página	Página
<b>Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas – Micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota (3) ao art. 87º do CIRC [2.2] .....</b>	<b>276</b>
<b>Portaria nº 1 434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos de aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do artigo 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] .....</b>	<b>401</b>
<b>2008</b>	
<b>Portaria nº 16-A/2008, de 9 de janeiro – Valor médio de construção, para o ano de 2008 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .....</b>	<b>402</b>
<b>Despacho nº 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7] .....</b>	<b>817</b>
<b>Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de fevereiro – Planeamento fiscal abusivo [7] .....</b>	<b>706</b>
<b>Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro – Regulamento das Custas Processuais (RCP), Art. 5º – Unidade de conta processual – Nota ao art. 5º do DL que aprova o CPPT [1.3] .....</b>	<b>67</b>
<b>Despacho nº 14 592/2008, publicado em 27 de maio – Orientações interpretativas em matéria de revelação de esquemas de planeamento fiscal para prevenção e combate a atuações abusivas e evasivas – Junto ao DL nº 29/2008, de 25/02 [7] .....</b>	<b>709</b>
<b>Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1] .....</b>	<b>304</b>
<b>Portaria nº 620-A/2008, de 16 de julho – Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (Regulamentação do nº 9 do art. 138º do CIRC) [7] .....</b>	<b>714</b>
<b>Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] .....</b>	<b>119</b>
<b>Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2] .....</b>	<b>278</b>
<b>Portaria nº 1545/2008, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2009 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .....</b>	<b>402</b>
<b>Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro – Subsídio de refeição diário (2009 a 2016) – Nota ao art. 2º, nº 3 b) 2), do CIRS [2.1] – Quadros resumo .....</b>	<b>178</b>
<b>Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro</b> – Arts. 102º a 105º – Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIAH) [7] .....	<b>718</b>
– Art. 110º, nºs 1 e 2 – Normas transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 68º da LGT [1.2] .....	<b>54</b>
– Art. 116º – Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros [7] .....	<b>720</b>
<b>2009</b>	
<b>Despacho nº 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL nº 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22º deste DL (comunicação de esquemas de planeamento fiscal) [7] .....</b>	<b>709</b>
<b>Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho – Alteração e republicação do CIRC, adaptando-o à normalização contabilística [2.2] .....</b>	<b>232</b>
<b>Decreto-Lei nº 186/2009, de 12 de agosto – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso [7] .....</b>	<b>722</b>
<b>Portaria nº 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] .....</b>	<b>54</b>
<b>Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro – Regime das depreciações e amortizações [7] .....</b>	<b>726</b>
<b>Portaria nº 1456/2009, de 30 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2010 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .....</b>	<b>402</b>
<b>2010</b>	
<b>Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 10, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (regime fiscal do residente não habitual) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] .....</b>	<b>206</b>
<b>Decreto-Lei nº 5/2010, de 15 de janeiro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2010 – Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] e 11º-A do CIMI [4.1] .....</b>	<b>192/215/393</b>
<b>Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril</b> – Art. 132º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] .....	<b>643</b>
<b>Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho – Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) [3.3] .....</b>	<b>353</b>
<b>Portaria nº 363/2010, de 23 de junho – Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (Regulamentação do nº 9 do art. 123º do CIRC) [7] .....</b>	<b>738</b>
<b>Despacho Normativo nº 18-A/2010, de 1 de julho – Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (Regulamentação do art. 22º do CIVA) [7] .....</b>	<b>740</b>
<b>Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º CIRC [2.2] .....</b>	<b>250</b>
<b>Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto</b> – Arts 3º a 6º – Derrama regional [6.3.2] .....	<b>584</b>
<b>Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de dezembro – Art. 4º – Ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (Km) para os anos de 2011 a 2019 – Nota ao art. 2º, nº 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....</b>	<b>178</b>
<b>Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º CIRS [2.1] .....</b>	<b>186</b>
<b>Aviso nº 27831-F/2010, de 31 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora para o ano de 2011 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo .....</b>	<b>43</b>
<b>Decreto-Lei nº 143/2010, de 31 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de janeiro de 2011 a setembro de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....</b>	<b>187</b>
<b>Portaria nº 1330/2010, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2011 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo .....</b>	<b>402</b>
<b>Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro</b> – Art. 98º – Disposições transitórias no âmbito do IRS Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] .....	<b>192/215</b>
– Art. 125º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 30º da LGT [1.2] .....	<b>41</b>
– Art. 130º, nº 2 – Revogação de benefícios fiscais (norma transitória) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] .....	<b>632</b>
– Art. 141º – Regime da contribuição sobre o setor bancário [4.8] .....	<b>492</b>
<b>2011</b>	
<b>Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro</b> – Arts. 17º a 24º – Regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. da Madeira [6.3.3] .....	<b>585</b>

Página	Página
<b>Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de janeiro</b> – Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária (RJAT) [1.6] ..... 146	<b>Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 agosto</b> – Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT [7] ..... 742
<b>Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro</b> – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional Nota ao art. 11º do CISV [4.4] ..... 451	<b>Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro</b> – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT ≥ € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] ..... 445
<b>Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro</b> – Taxas de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1] ..... 581	<b>Lei nº 63/2012, de 10 de dezembro</b> – Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” [7] ..... 745
<b>Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro</b> – Define os elementos que integram o dossier fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] ..... 292	<b>Decreto-Lei nº 263/2012, de 20 de dezembro</b> – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português [7] ..... 746
<b>Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março</b> – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 3 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA Notas ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] ..... 616	<b>Portaria nº 424/2012, de 28 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2013 – Nota ao art. 62º do CIMI[4.1] – Quadro resumo ..... 402
<b>Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março</b> – Vincula a DGCI e a DGAIEC ( <i>atual AT</i> ) à jurisdição do CAAD – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] ..... 147	<b>Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro</b> – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 743
<b>Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária</b> , aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] ..... 149	<b>Aviso nº 17289/2012, de 28 de dezembro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2013 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 44
<b>Portaria nº 121/2011, de 30 de março</b> – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] ..... 493	<b>Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro</b> – Art. 42º – Redução das ajudas de custo nas deslocações ao e no estrangeiro Nota art. 2º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 178 – Art. 198º – Disposição transitória no âmbito do IVA Notas aos arts. 9º, 78º e 78º-A do CIVA [3.1] ..... 310/332/333 e ao art. 1º do Anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] ..... 678 – Art. 201º – Regime transitório no âmbito do DL nº 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1º do Anexo a esse DL [7] ..... 678 – Art. 210º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 374 – Art. 221º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 19º da LGT [1.2] ..... 39 – Art. 225º – Norma transitória no âmbito do RGIT Nota ao art. 29º do RGIT [1.4] ..... 118 – Art. 233º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] ..... 435 – Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] ..... 643 – Art. 247º – Regime fiscal dos empréstimos externos ( <i>Sshuldscheindarlehen</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524 – Art. 248º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] ..... 530 – Art. 249º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] ..... 525 – Art. 250º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] ..... 525 – Art. 251º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia ( <i>restituição do IVA</i> ) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 632 – Art. 252º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 492
<b>Portaria nº 219/2011, de 1 de junho</b> – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º CPPT [1.3] ..... 106	
<b>Portaria nº 77/2011, de 7 de julho</b> – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. da Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. L. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] ..... 586	
<b>Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro</b> – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11, diploma que aprovou o CIMI [4.1] ..... 386	
<b>Portaria nº 307/2011, de 21 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2012 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 402	
<b>Aviso nº 24866-A/2011, de 28 de dezembro (DR 2.ª série)</b> – Taxa de juros de mora, para o ano de 2012 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 43	
<b>Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro</b> – Art. 146º, nºs 2, 3 e 4 – Prorrogação de disposições do EBF Notas aos arts. 3º, 25º, 26º e 36º do EBF [5.1] ..... 512/522/527 – Art. 151º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Notas aos arts. 19º e 44º da LGT [1.2] ..... 39/42 – Art. 154º – Disposições transitórias no âmbito do CPPT Notas aos arts. 169º e 199º do CPPT [1.3] ..... 93/99 – Art. 165º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] ..... 435 – Art. 168º – Norma transitória das Contribuições Especiais Nota aos arts. 2º dos Regulamentos [4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3] ..... 473/476/479 – Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ( <i>restituição do IVA</i> ) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 632 – Art. 182º – Prorrogação do regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, que aprova o Regime [4.8] ..... 492 – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] ..... 253	
<b>2012</b>	
<b>Lei nº 14-A/2012, de 30 de março</b> – Art. 6º – Regra transitória de introdução no consumo de cigarros Nota art. 105º-A do CIEC [3.3] ..... 379	
<b>Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 agosto</b> – Art. 16º – Disposição final – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] ..... 321 – Art. 15º – Caducidade de autorizações – Nota art. 40º CIVA[3.1] ..... 325	
	<b>2013</b>
	<b>Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro</b> – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes/ Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] ..... 68
	<b>Decreto-Lei nº 14/2013, de 28 de janeiro</b> – Sistematização e harmonização da legislação referente ao NIF [7] ..... 753
	<b>Decreto-Lei nº 21/2013, de 15 de fevereiro</b> – Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT [7] ..... 758
	<b>Portaria nº 161/2013, de 23 de abril</b> – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] ..... 681

Página	Página
<b>Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de maio</b> – Regime de IVA de caixa [7] ..... 760	– Art. 233º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] ..... 525
<b>Lei nº 44/2013, de 3 de julho</b> – Arts. 3º e 4º – Proibição de alteração das condições do contrato de crédito à habitação e de cobrança de comissões pelo reembolso do PPR – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 02/07 [7] ..... 674	– Art. 234º – Fundos e sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional Nota art. 103º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12 [7] ..... 718
<b>Lei nº 49/2013, de 16 de julho</b> Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) [7] ..... 763	– Art. 236º – Norma transitória no âmbito do regime especial aplicável aos FIIAH e SIIAH Nota art. 8º do regime aprovado pela Lei nº 64-A/2008, 31/12 [7] ..... 720
<b>Lei nº 62/2013, de 26 de agosto</b> – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2] ..... 61 – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] ..... 156	– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] ..... 643
<b>Lei nº 70/2013, de 30 de agosto</b> – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1] ..... 243	<b>2014</b>
<b>Lei nº 71/2013, de 2 de setembro</b> – Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] ..... 310	<b>Aviso nº 219/2014, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2014 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 44
<b>Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro</b> – Lei das Finanças das Regiões Autónomas ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) [6.1] ..... 567	<b>Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro</b> – Reforma da tributação das sociedades – Alteração e republicação do CIRC ..... 233
<b>Lei nº 73/2013, de 3 de setembro</b> – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) [6.4] ..... 598	<b>Decreto-Lei nº 26-A/2014, de 17 de fevereiro</b> Sorteio «Fatura da Sorte» [7] ..... 764
<b>Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro</b> – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] ..... 663	<b>Despacho nº 2 937/2014, de 21 de fevereiro</b> – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de IRS e IRC sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime Especial, DL nº 193/2005, de 7/11 [7] ..... 693
<b>Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro</b> – Art. 9º – Entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 8º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo DL nº 193/2005, de 07/11 [7] ..... 690	<b>Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho</b> – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na Região Autónoma dos Açores [6.2.3] ..... 577
<b>Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro</b> – Art. 25º-A – Regime fiscal da entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] ..... 537	<b>Portaria nº 149/2014, de 24 de julho</b> – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7] ..... 759
<b>Portaria nº 370/2013, de 27 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2014 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 402	<b>Lei nº 61/2014, de 26 de agosto</b> – Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos [7] ..... 766
<b>Portaria nº 378-B/2013, de 31 de dezembro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo.. 187	<b>Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto</b> – Art. 2º, 3º, 4º e 22º Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1] ..... 180
<b>Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro</b> – Art. 113º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187 – Art. 191º – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 744 – Art. 196º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 374 – Art. 209º – Disposição transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 49º do EBF [5.1] ..... 537 – Art. 215º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 63º-D da LGT [1.2] ..... 51 – Art. 221º – Revogação do DL nº 281/91, de 09/08 ( <i>Disposição transitória</i> ) Nota ao art. 77º-A do CPPT [1.3] ..... 81 – Art. 225º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia ( <i>Restituição do IVA</i> ) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 632 – Art. 226º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 492 – Art. 228º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético [4.9] ..... 494 – Art. 229º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISElo [4.3] ..... 435 – Art. 230º – Regime fiscal dos empréstimos externos ( <i>Schuldscheindarlehen</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524 – Art. 231º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] ..... 530 – Art. 232º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] ..... 525	<b>Decreto-Lei nº 144/2014, de 30 de setembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de outubro de 2014 a dezembro de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187
	<b>Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro</b> – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao art. 36º nº 11 do CIVA [3.1] ..... 324
	<b>Decreto-Lei nº 158/2014, de 24 de outubro</b> – Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade [7] ..... 771
	<b>Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro</b> – Código Fiscal do Investimento (CFI) [5.2] ..... 551
	<b>Resolução do Conselho de Ministros nº 73-A/2014, de 16 de dezembro</b> Nºs 1 a 5 – Normas relativas à iniciativa Portugal Inovação Social – Nota ao art. 19.º-A do EBF [5.1] ..... 515
	<b>Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro</b> – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] ..... 534
	<b>Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro</b> – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nºs 12 e 13, do CIRC [2.2] ..... 260
	<b>Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro</b> – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-membros da UE e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2] ..... 282

Página	Página
	<b>2015</b>
<b>Portaria nº 275/2014, de 26 de dezembro</b> – Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT ( <i>Regulamentação prevista no nº 3 do art. 75º-A do CIRC</i> ) [7] ..... 774	<b>Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro</b> – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada a AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 744
<b>Portaria nº 278/2014, de 29 de dezembro</b> – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12, prorrogado para 2015 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 744	<b>Aviso nº 130/2015, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2015 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 44
<b>Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro</b> – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2] ..... 246	<b>Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro</b> – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] ..... 518
<b>Portaria nº 280/2014, de 30 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2015 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 402	<b>Despacho de 23 de janeiro de 2015</b> – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2] ..... 560
<b>Portaria nº 281/2014, de 30 de dezembro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2014 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] ..... 255	<b>Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro</b> – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da referida Lei, em [4.11] ..... 506
<b>Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro</b> – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2] ..... 562	<b>Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro</b> – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] ..... 328
<b>Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro</b> – Arts. 55º a 62º – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R. A. da Madeira [6.3.5] ..... 596	<b>Portaria nº 94/2015, de 23 de março</b> – Proceda à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2] ..... 562
<b>Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro</b>	<b>Portaria nº 98-A/2015, de 31 de março</b> – Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas – Regulamentação do nº 2 do art. 60º do CISElo e alíneas a) e b) do nº 5 do art. 115º do CIRS, em [7].... 776
– Art. 117º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	<b>Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril</b> – Regime jurídico dos jogos e apostas online ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) – Imposto Especial de Jogo Online (IEJO) [4.7.2]..... 487
– Art. 156º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1] ..... 223	<b>Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril</b> – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]..... 486
– Art. 168º – Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica [4.10] ... 501	<b>Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril</b> – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] ..... 620
– Art. 200º – Norma transitória – Opção pelo regime forfetário dos produtos agrícolas – Nota art. 59º-C do CIVA [3.1] ..... 329	<b>Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio</b> – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º, em [4.9] ..... 495
– Art. 216º – Adicional em sede de IUC – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] .. 467	<b>Portaria nº 172/2015, de 5 de junho</b> – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B do CIVA [3.1] ..... 333
– Art. 228º – IPSS e Sta. Casa da Misericórdia ( <i>Restituição do IVA</i> ) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 632	<b>Lei nº 64/2015, de 1 de julho</b> – Art. 4º – Limites máximos/Zona Franca da Madeira – Nota ao 36º-A do EBF [5.1] ..... 529
– Art. 229º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 374	<b>Lei nº 111/2015, de 27 de agosto</b> – Art. 51º - Isenções de emolumentos, IMT, ISEL e IMI em resultado de determinadas operações relativas a prédios rústicos – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] ..... 420
– Art. 234º – Disposição transitória no âmbito do DL nº 198/2012, de 24/08 – Nota ao art. 3º-A deste DL [7] ..... 744	<b>Lei nº 119/2015, de 7 de setembro</b> – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7] ..... 794
– Art. 235º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 492	<b>Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro</b> – Proceda à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2] ..... 564
– Art. 237º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] ..... 494	<b>Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de outubro</b> Alteração e republicação do ETAF e outros diplomas [1.7] ..... 154
– Art. 240º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] ..... 643	
– Art. 242º – Constituição de garantias – Nota art. 7º do CISElo [4.3] ..... 435	
– Art. 243º – Regime fiscal dos empréstimos externos ( <i>Schuldscheindarlehen</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524	
– Art. 244º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] ..... 530	
– Art. 245º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] ..... 525	
– Art. 246º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] ..... 525	
<b>Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro</b> – Reforma da fiscalidade verde, incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida e contribuição sobre os sacos de plástico leves [4.11] ..... 503	
<b>Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro</b> – Reforma da tributação das pessoas singulares – Alteração e republicação do CIRS [2.1] ..... 170	
<b>Portaria nº 286-A/2014, de 31 de dezembro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	
<b>Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro</b> – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da Lei nº 82-D/2014, de 31/12 [4.11] ..... 504	

Página	Página
<b>Portaria nº 338/2015, de 8 de outubro</b> – Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças – Regulamentação da alínea a) do nº 1 do art. 115º do CIRS, em [7] ..... 778	<b>Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril</b> – Art. 76º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524
<b>Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro</b> – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado a permitir o reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1] ..... 520	<b>Portaria nº 130/2016, de 10 de maio</b> – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] ..... 55
<b>Portaria nº 400/2015, de 6 de novembro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2015 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] ..... 255	<b>Lei nº 13/2016, de 23 de maio</b> – Arts. 4º e 5º – Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3] ..... 105
<b>Decreto Regulamentar nº 19/2015, de 30 de dezembro</b> – Regulamentação das perdas por imparidade para risco específico de crédito (período 2015) – Nota ao art. 28º-C, nº 1 do CIRC [2.2] ..... 248	<b>Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/M, de 28 de junho</b> - Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) [6.3.4] ..... 587
<b>Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro</b>	<b>Decreto-Lei nº 38/2016, de 15 de julho</b> – Art. 3º – Norma transitória dos pagamentos por conta do CIRC – Nota ao art. 70º do EBF [5.1] ..... 548
– Art. 2º – Contribuição sobre a indústria farmacêutica	<b>Decreto-Lei nº 41/2016, de 1 de agosto</b>
Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] ..... 501	– Art. 13º n.ºs 1 e 2 – Norma transitória – Notas aos arts. 59º-B do CIVA [3.1] e 15º do CISELO [4.3] ..... 329/436
– Art. 3º – Adicional em sede de imposto único de circulação	– Art. 15º n.ºs 3 e 4 – Produção de efeitos em relação ao IUC de veículo de pessoa com deficiência – Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] ..... 465
Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] ..... 467	<b>Decreto-Lei nº 47/2016, de 22 de agosto</b> – Art. 3º – Norma transitória do regime aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial – Nota ao art. 50º-A do CIRC [2.2] ..... 257
– Art. 4º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 374	<b>Portaria nº 259/2016, de 4 de outubro</b> – Regulamenta os procedimentos do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAID) – Nota ao art. 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] ..... 769
– Art. 5º – Contribuição sobre o setor bancário	<b>Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro</b> – Derrama regional na R. A. dos Açores [6.2.2] ..... 575
Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 492	<b>Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro</b> – Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento [7] ..... 779
– Art. 6º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético	<b>Decreto-Lei nº 67/2016, de 3 de novembro</b> – Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) [7] ..... 782
Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] ..... 494	<b>Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro</b> – Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito (período de 2016) – Nota ao art. 28º-C nº 1 do CIRC [2.2] ..... 248
– Art. 7º – Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ( <i>Restituição do IVA</i> )	<b>Portaria nº 293-A/2016, de 18 de novembro</b> – Estabelece as condições e procedimentos para aplicação do REAID – Nota aos arts. 10º nº 2 e 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] ..... 770
Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 632	<b>Portaria nº 302/2016, de 2 de dezembro</b> – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7] .. 703
<b>Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	<b>Portaria nº 316/2016, de 14 de dezembro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2016 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] ..... 255
<b>Portaria nº 419/2015, de 31 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2016 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 402	<b>Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro</b>
<b>Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro</b> – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogêneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] ..... 401	– Art. 20º nº 1 – Atualização do subsídio de refeição
	Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 178
	– Art. 94º – Medidas de transparência contributiva (transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA)
	Nota ao art. 121º do CIRS [2.1] ..... 223
	– Art. 197º nº 2 – Medidas transitórias no âmbito PEC
	Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] ..... 285
	– Art. 198º – Norma transitória no âmbito do CIRC
	Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] ..... 269
	– Art. 205º – Disposição transitória no âmbito do CIVA
	Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] ..... 319
	– Art. 213º – Consignação da receita ao setor da saúde
	Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] ..... 370
	– Art. 214º – Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] ..... 375
	– Art. 215º – Disposições transitórias
	Notas aos arts. 87º-A e 93º do CIEC [3.3] ..... 370/375
	– Art. 220º – Norma transitória no âmbito do CIMI
	Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] ..... 393
	– Art. 223º – Disposição transitória no âmbito do CIUC
	Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] ..... 465

2016

Página	Página
– Art. 226º - Norma transitória no âmbito do EBF Notas aos arts. 3º e 41º-A do EBF [5.1] ..... 512/531	<b>Decreto Legislativo Regional nº 3/2017/A, de 13 de abril</b> – Arts. 33º e 34º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 574/575
– Art. 231º - Disposição transitória no âmbito do CPPT Nota ao art. 183º-B do CPPT [1.3] ..... 95	<b>Portaria nº 89-A/2017, de 19 de abril</b> – Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica ( <i>Regulamentação prevista no nº 14 do art. 59º-F do EBF</i> ) [7] ..... 788
– Art. 235º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] ..... 501	<b>Portaria nº 185/2017, de 1 de junho</b> – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] ..... 785
– Art. 236º - Adicional ao IUC – Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5] ..... 467	<b>Lei nº 42/2017, de 14 de junho</b> – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] ..... 600
– Art. 237º - Adicional às taxas do ISP – Nota art. 92º do CIEC [3.3] ..... 374	<b>Portaria nº 208/2017, de 13 de julho</b> – Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior ( <i>Regulamentação prevista no nº 4 do art. 41º-B do EBF</i> ) [7] ..... 792
– Art. 238º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 492	<b>Portaria nº 215/2017, de 20 de julho</b> – Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] ..... 319
– Artigo 239º - IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (restituição do IVA) – Nota ao art. 2º do Decreto-Lei 20/90, de 13/01 [7] ..... 632	<b>Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho</b> – Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS [7] ..... 793
– Art. 244º - Disposição transitória no âmbito do CFI Nota ao art. 23º do CFI [5.2] ..... 557	<b>Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto</b> – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2] ..... 39
– Art. 264º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] ..... 494	<b>Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto</b> – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos, a que se refere o nº 3 do art. 63º-A da LGT, e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais, de acordo com o art. 64º-B da LGT – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2] ..... 49
– Art. 266º - Unidade de conta processual (UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, diploma que aprova o CPPT [1.3] – Quadro resumo ..... 67	<b>Lei nº 85/2017, de 18 de agosto</b> – Art. 4º - Norma repristinatória, para prorrogação do art. 62º-A do EBF relativo ao mecenato científico – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 512
<b>Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	<b>Lei nº 98/2017, de 24 de agosto</b> – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e à declaração financeira e fiscal por país do grupo de empresas multinacionais – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] ..... 290
<b>Portaria nº 345-B/2016, de 30 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2017 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 402	<b>Despacho nº 7689/2017, de 1 de setembro</b> (DR, 2.ª Série) – Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] ..... 54
<b>2017</b>	<b>Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro</b> – Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) ( <i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i> ) [7] ..... 795
<b>Portaria nº 4/2017, de 3 de janeiro</b> – Indexante de apoios sociais (IAS) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	<b>Portaria nº 326/2017, de 30 de outubro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2017 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] ..... 255
<b>Aviso nº 139/2017, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2017 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 44	<b>Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro</b> – Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 [7] ..... 796
<b>Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro</b> – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] ..... 402	<b>Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro</b> – Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] ..... 796
<b>Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro</b> – Fixa os procedimentos para as pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota de 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] ..... 227	<b>Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro</b> – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] ..... 212
<b>Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro</b> – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1] ..... 201	
<b>Decreto-Lei nº 19/2017, de 14 de fevereiro</b> – Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal ( <i>Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i> ) [7] ..... 784	
<b>Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro</b> – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de Estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 541	
<b>Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro</b> – Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] ..... 588	
<b>Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março</b> – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9] ..... 496	
<b>Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março</b> – Art. 87º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524	
<b>Portaria nº 98/2017, de 7 de março</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	
<b>Lei nº 10-A/2017, de 29 março</b> – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] ..... 285	

Página	Página
<b>Portaria nº 379/2017, de 19 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2018 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 402	<b>Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro</b> – Altera o conjunto de documentos que integram o <i>dossier</i> fiscal a que se refere o art. 1º da Portaria nº 92-A/2011, de 28/02, e aprova os modelos do mapa a que se refere o art. 12º, nº 1 a), do DL nº 66/2016, de 03/11 – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] ..... 293
<b>Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo.. 187	<b>Lei nº 8/2018, de 2 de março</b> – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7] ..... 686
<b>Decreto Regulamentar nº 11/2017, de 28 de dezembro</b> – Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2017) – Nota ao art. 28ºC, nº 1, do CIRC [2.2] ..... 248	<b>Lei Orgânica nº 1/2018, de 19 de abril</b> - Art. 7º - Norma transitória ( <i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i> ) – Nota (1) ao título da Lei nº 19/2003, de 20/06 [7] ..... 676
<b>Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro</b> – Art. 21º – Subsídio de refeição Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo..... 178 – Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais Nota aos arts. 31º do CIRS [2.1] e 86º-B do CIRC [2.2] ..... 194/276 – Art. 178º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) – Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo ..... 67 – Art. 219º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota art. 93º nº 3 c) do CIEC [3.3] ..... 375 – Art. 220º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º nº 3 b) do CIEC [3.3] ..... 375 – Art. 223º - Interconexão de dados entre a AT e a Direção-Geral das Atividades Económicas Nota ao art. 44º do EBF [5.1] ..... 534 – Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] ..... 194 – Art. 234º - Norma transitória no âmbito do CIRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] ..... 269 – Art. 250º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] ..... 370 – Art. 251º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos Notas aos arts. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] ..... 374 – Art. 265º - Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 512 – Artigo 266º - Outras disposições no âmbito do EBF nº 1 – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 512 nº 2 – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] ..... 546 – Artº 279º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8]..... 492 – Artº 280º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9]..... 494 – Art 281º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] ..... 501 – Art 282º - Adicional em sede de IUC Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5]..... 467 – Art. 283º - Adicional às taxas do ISP Nota art. 92º do CIEC [3.3] ..... 374 – Art. 290º - Revogação da Portaria nº 345-A/2016, de 30/12 Nota à Portaria nº 150/2004, de 13/02 ( <i>Paraisos fiscais</i> ) [7]..... 685	<b>Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio</b> - Art. 101º - Procedimento aplicável aos empréstimos externos ( <i>Contratos de empréstimo “Schuldscheindarlehen” celebrados pelo IGCP</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524 <b>Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série)</b> – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1] ..... 179 <b>Decreto-Lei nº 45/2018, de 19 de junho</b> - Art. 16º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 540 <b>Portaria nº 195/2018, de 5 de julho</b> - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43º-C do EBF [5.1] ..... 532 <b>Lei nº 39/2018, de 8 de agosto</b> - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2] ..... 47 <b>Lei nº 43/2018, de 9 de agosto</b> - Art. 2º - Prorrogação no âmbito do EBF – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 512 <b>Lei nº 51/2018, de 16 de agosto</b> – Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4] ..... 602 – Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] ..... 393 <b>Portaria nº 490/2018, de 28 de setembro</b> – Art. 7º - Regime transitório ( <i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i> ) – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 541 <b>Decreto-Lei nº 81/2018, de 15 de outubro</b> - Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário ( <i>Desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i> ) [7] ..... 797 <b>Decreto-Lei nº 87/2018, de 31 de outubro</b> - Art. 3º - Entrada em vigor e produção de efeitos ( <i>Entrega da IES/DA</i> ) – Nota ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] .... 695 <b>Decreto-Lei nº 92/2018, de 13 de novembro</b> - Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado [7] ..... 799 <b>Portaria nº 330-A/2018, de 20 de dezembro</b> – Valor médio de construção para 2019 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 402 <b>Decreto-Lei nº 117/2018, de 27 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .. 187 <b>Decreto Regulamentar nº 13/2018, de 28 de dezembro</b> - Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2018) – Nota ao art. 28ºC, nº 1, do CIRC [2.2] ..... 248 <b>Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro</b> – Arts. 127º, 134º, 156º, 158º e 160º - Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64º da LGT [1.2] ..... 52
<b>Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro</b> – Arts. 32º e 33º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 574/575	
<b>Aviso nº 235/2018, de 4 de janeiro (DR, 2ª série)</b> – Taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo..... 44	
<b>Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro</b> – Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas aridas – Nota ao art. 3º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] ..... 797	
<b>Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro</b> – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL nº 295/87, de 31/07 ( <i>Taxfree</i> ) – Nota ao art. 9º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] ..... 787	
<b>Portaria nº 21/2018, de 18 de janeiro</b> – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	
<b>Portaria nº 23/2018, de 18 de janeiro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	

2018



Página	Página
– Art. 182º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo ..... 67	<b>Portaria nº 25/2019, de 17 de janeiro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187
– Art. 250º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] ..... 375	<b>Despacho nº 791-A/2019, de 18 de janeiro</b> (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no Continente para o ano de 2019 [7] .. 806
– Art. 251º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquiticultura – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] ..... 375	<b>Portaria nº 31/2019, de 24 de janeiro</b> - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota (3) ao Art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] ..... 695
– Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1] ..... 186	<b>Decreto-Lei nº 19/2019, de 28 de janeiro</b> – Art. 11º-A – Regime fiscal das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI) – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] ..... 519
– Art. 260º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] ..... 209	<b>Despacho nº 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01</b> (DR, 2ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] ..... 56
– Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] ..... 194	<b>Despacho nº 1056/2019, de 30 de janeiro</b> (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. dos Açores para o ano de 2019 [7] ..... 806
– Art. 264º - Disposição transitória em sede de IRC Nota art. 70º do CIRC [2.2] ..... 269	<b>Despacho nº 37/2019, de 31 de janeiro</b> (JORAM, II Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. da Madeira para o ano de 2019 [7] ..... 806
– Art. 268º - Outras disposições em matéria de IRC Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] ..... 286	<b>Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro</b> - Art. 3º - Aplicação no tempo do direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2] ..... 42
– Art. 282º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] ..... 370	<b>Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro</b> – Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] ..... 200
– Art. 283º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos utilizados na produção de eletricidade, eletricidade e calor ou gás de cidade – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 373	<b>Lei nº 17/2019, de 14 de fevereiro</b> - Comunicação obrigatória de informações financeiras - Arts. 7º e 8º - Disposição transitória, entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 119º-B do RGIT [1.4] ..... 131
– Art. 285º - Disposições transitórias em matéria de ISV Nota ao art. 7º do CISV [4.4] ..... 450	<b>Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal</b> (IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties (Atualizada a 14/02/2019 e 28/05/2019) [7] ..... 813
– Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] ..... 397	<b>Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro</b> – Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA [7] ..... 818
– Art. 290º - Disposições transitórias em matéria de IUC Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] ..... 467	<b>Lei nº 24/2019, de 13 de março</b> – Art. 3º – Norma transitória relativa ao exercício das funções de árbitro em matéria tributária que exige a renúncia à condição de magistrado judicial jubilado – Nota ao art. 7º do RJAT [1.6] ..... 148
– Art. 294º nº 1 – Outras disposições no âmbito do EBF Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] ..... 546	<b>Portaria nº 110/2019, de 12 de abril</b> – Regulamenta os termos e as condições previstas nos nºs 2 a 5 do art. 72º do CIRS de que depende o direito à redução da taxa especial aplicável a rendimentos prediais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] .... 206
– Art. 295º nº 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT – Nota (6) ao art. 63º-A da LGT [1.2] ..... 49	<b>Despacho Normativo nº 12/2019, de 18 abril</b> – Art. 3º – Disposição transitória relativa à suspensão do prazo de reembolso de IRC e IVA – Nota ao art. 4º nº 1 c) do Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30/04, junto ao art. 24º-A do DL nº 492/88 [7] ..... 621 – Nota ao art. 5º do Despacho Normativo nº 18-A/2010 [7] ..... 741
– Art. 299º - Norma revogatória no âmbito do RGIT Nota ao art. 117º do RGIT [1.4] ..... 130	<b>Lei nº 32/2019, de 3 de maio</b> – Art. 5º – Disposição transitória no âmbito das alterações ao CIRC que reforçam o combate às práticas de elisão fiscal – Nota ao art. 83º do CIRC [2.2] ..... 274
– Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) Nota (7) ao art. 63º-A da LGT [1.2] ..... 49	<b>Decreto-Lei nº 60/2019, de 13 de maio</b> – Art. 3º – Entrada em vigor e produção de efeitos da aplicação da taxa reduzida do IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural – Nota à verba 2.33 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] ..... 339
– Art. 308º - Adicional em sede de IUC – Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] ..... 467	<b>Portaria nº 144/2019, de 15 de maio</b> – Regulamenta os termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica – Nota ao art. 8º do DL nº 28/2019, de 15/02 [7] ..... 820
– Art. 309º - Adicional às taxas do ISP Nota ao art. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] ..... 373/374	
– Artº 311º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 492	
– Art. 312º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] ..... 501	
– Art. 313º - Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] ..... 494	
– Art. 315º - Outras disposições de caráter fiscal no âmbito do imposto sobre o rendimento – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 524	
<b>Taxas de derrama por município</b> – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] ..... 604	
<b>Participação variável no IRS por município</b> – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] .... 607	
<b>Taxas de IMI para prédios urbanos por município</b> – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] .... 609	
<b>2019</b>	
<b>Aviso nº 212/2019, de 4 de janeiro</b> (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2019 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 44	
<b>Decreto Legislativo Regional nº 1/2019/A, de 7 de janeiro</b> – Arts. 34º e 35º - Deduções à coleta e benefícios Fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 574	
<b>Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro</b> - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] ..... 205	
<b>Portaria nº 24/2019, de 17 de janeiro</b> – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 187	

	Página
<b>Decreto-Lei nº 68/2019, de 22 de maio</b> – Programa de Arrendamento Acessível – Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais [7] .....	825
<b>Lei nº 38/2019, de 4 de junho</b> – Regime fiscal aplicável às competições <i>UEFA Nations League Finals 2019</i> e <i>UEFA Super Cup Final 2020</i> [7] .....	827
<b>Portaria nº 230/2019, de 23 de julho</b> – Arts. 4º e 5º – Entrada em vigor, produção de efeitos e disposição transitória das alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual – Nota ao artigo único e tabela da Portaria nº 12/2010, de 07/01, junto ao art. 72º do CIRS [2.1] .....	207
<b>Portaria nº 233/2019, de 25 de julho</b> – Regulamenta o regime das “Notificações e Citações Eletrónicas – Portal das Finanças” (NCEPF) – Nota ao art. 38º-A do CPPT [1.3] .....	74
<b>Lei nº 67/2019, de 27 de agosto</b> – Art. 111º nº 1 j) – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público (Procuradores) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	192
<b>Lei nº 98/2019, de 4 de setembro</b> – Arts. 3º e 4º – Imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras de períodos anteriores e período de adaptação (2019 e seguintes) – Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2] .....	248
<b>Lei nº 114/2019, de 12 de setembro</b> – Alteração e republicação do ETAF [1.7] .....	154
<b>Lei nº 118/2019, de 17 de setembro</b> – Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas – Alteração e republicação do CPPT e outros [1.3] .....	69
<b>Lei nº 119/2019, de 18 de setembro</b> – Art. 18º, 19º e 23º – Interconexão de dados entre a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a AT, entre a INCM e a AT e tratamento de dados no âmbito da atribuição de passes sociais de caráter familiar Nota ao art. 64º da LGT [1.2] .....	52
– Art. 24º – Norma transitória relativa a períodos anteriores à entrada em vigor da Declaração Mensal de Imposto do Selo Nota ao art. 51º do CISelo [4.3] .....	441
<b>Lei nº 120/2019, de 19 de setembro</b> – Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da UE em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos ( <i>Transposição da Diretiva (UE) n.º 2017/1852 para a ordem jurídica interna</i> ) [7] .....	828

*Obs: Este índice contém a lista dos diplomas que se transcrevem de forma autonomizada. Os que alteram ou aditam artigos sem normas transitórias, de diplomas anteriormente inseridos nesta coletânea, não se acrescentam no índice, ficando a sua menção apenas na nova redação do artigo.*